

## **Tesouro jurídico e gestão da informação: experiência da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**

*Patrícia Souza Santos de Rezende, Daiana Ellen Canato, Paula Carina de Araújo*

Universidade Federal do Paraná

**Palavras-chave:** tesouro jurídico, gestão da informação, memória organizacional, informação jurídica, administração pública.

### **Introdução**

Em um cenário marcado pela crescente complexidade da produção normativa e pela intensificação das demandas informacionais no setor público, a gestão eficiente da informação jurídica emerge como um dos pilares fundamentais para a transparência, a agilidade decisória e a preservação da memória institucional. A administração pública, especialmente em suas instâncias jurídicas, como: Procuradorias, Tribunais e Secretarias Estaduais lidam diariamente com volumes expressivos de documentos legais (resoluções, portarias, pareceres, teses, entre outros) que necessitam de organização e recuperação precisa da informação. A proposta não se limita à descrição técnica da construção do tesouro, mas busca evidenciar como a aplicação da gestão da informação e do conhecimento pode contribuir para a organização, padronização e disseminação do conhecimento jurídico, fortalecendo os processos institucionais relacionados à gestão documental e ao acesso à informação. A principal função de um dicionário de sinônimos é dar suporte à recuperação de informações, orientando a escolha de termos para indexação e pesquisa (Clarke, 2019). Ao integrar conceitos teóricos e práticas concretas, o estudo revela como a padronização terminológica e a codificação do conhecimento podem transformar a maneira como as instituições públicas lidam com seus ativos informacionais. A informação, como recurso estratégico, desempenha papel central na tomada de decisão organizacional. Para que seja eficaz, ela precisa ser administrada de forma sistemática, coerente e acessível. Dutra e Barbosa (2019) destacam que a sobrevivência das organizações depende diretamente de sua capacidade de gerir e gerar conhecimento, auxiliando os gestores na condução de suas atividades. No contexto da administração pública, essa realidade torna-se ainda mais evidente, pois a gestão adequada da informação exerce influência direta na qualidade e na eficiência dos serviços oferecidos à população, na transparência das ações estatais e na preservação da memória institucional. Barbosa (2008) observa que as redes de comunicação integradas por computadores, celulares e outros dispositivos foram incorporadas de forma irreversível aos processos organizacionais, tornando a gestão da informação um elemento crítico para o desempenho institucional. A construção de uma ferramenta de controle de vocabulário para a gestão da informação jurídica ocorreu a partir da identificação da dispersão da informação e do impasse de sua recuperação, quando a redução de ambiguidade de termos compostos pelo domínio informacional no

direito aumenta a precisão de resultados. Nesse contexto, a Biblioteca da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná (PGE-PR) protagoniza a iniciativa ao desenvolver e implementar um tesouro jurídico, com o objetivo de aprimorar a gestão e a recuperação da informação jurídica. Esta experiência fundamenta-se nos princípios da GIC que segundo Davenport e Prusak (1998) oferece uma base teórica relevante para compreender os processos envolvidos na construção do tesouro em que se fundamenta três processos principais: (1) geração do conhecimento, voltada ao desenvolvimento do saber organizacional; (2) codificação e coordenação, que envolvem a sistematização e expressão do conhecimento para possibilitar seu compartilhamento; e (3) transferência do conhecimento, que pode ocorrer de forma espontânea entre os indivíduos ou de maneira estruturada, por meio de documentos e bancos de dados. Esse movimento permitiu à Biblioteca da PGE dispor de uma ferramenta eficiente para a organização e a usabilidade da informação jurídica. A padronização dos termos não apenas qualificou a recuperação da informação, mas também tornou o conhecimento organizacional mais acessível a todos os integrantes da instituição, especialmente aos gestores responsáveis pela condução das atividades informacionais. O tesouro passou a funcionar como um instrumento estratégico de gestão, promovendo o compartilhamento e a reutilização do conhecimento, fortalecendo a memória institucional e contribuindo para a continuidade das práticas jurídicas. Complementando essa perspectiva, a memória organizacional aparece como elemento central na gestão estratégica da informação. Santos, Moro-Cabero e Valentim (2016) definem a memória organizacional como um estoque de dados, documentos, informações e conhecimentos acumulados ao longo da trajetória institucional, agregando valor para comunidades específicas. Pereira, Silva e Pinto (2016) destacam que a memória institucional representa explicitamente o conhecimento relevante ao contexto organizacional, facilitando o acesso, o compartilhamento e a reutilização desses recursos.

## Metodologia

Este estudo desenvolve uma pesquisa de natureza aplicada, com objetivos exploratório e documental. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa documental sobre o uso de Tesauros em órgãos da administração pública federal, como tribunais do trabalho, tribunais de justiça militar e tribunais superiores. Constatou-se que a estrutura do Tesouro do Supremo Tribunal Federal (STF) era compatível com as demandas da Biblioteca da PGE, especialmente pelos termos já utilizados. A estruturação do Tesouro começou com o mapeamento dos documentos a serem indexados, conforme a NBR 12676. O sistema de guarda eletrônica foi atualizado, e os documentos passaram a ser descritos por metadados legíveis e pesquisáveis, respeitando suas especificidades (resoluções, portarias, pareceres, autorizações). Foram identificados pontos de acesso como nomenclatura, número, ano, assinatura da autoridade, datas de assinatura e publicação, ementa e súmula. As ementas e súmulas, por conterem resumos temáticos, foram essenciais para extrair descritores representativos dos atos normativos. Diante da

variedade de sinônimos no vocabulário jurídico, optou-se por um vocabulário controlado para garantir precisão na recuperação da informação, especialmente em atividades realizadas por diferentes colaboradores. A versão inicial do Tesauro foi estruturada no Microsoft Word, com termos organizados semanticamente e hierarquizados por área do Direito (ex.: Administrativo, Penal, Constitucional). Cada descritor inclui Termo Geral (TG), Termo Específico (TE), Termo Relacional (TR), USE, UP, Categoria (CAT) e campo NOTA para esclarecimentos legislativos. Foram definidos entre 5 e 20 descritores por documento, promovendo uma indexação robusta e padronizada, essencial para a eficiência da pesquisa jurídica.

## **Conclusão**

A construção do tesauro jurídico na PGE-PR contribui diretamente para o fortalecimento dessa memória, assegurando a continuidade, a efetividade e a integração do conhecimento às práticas decisórias da instituição. Nascimento e Vitoriano (2017) reforçam essa conexão ao apontar que a memória organizacional dá suporte aos processos de gestão do conhecimento, transformando repositórios em repertórios de conhecimento e contribuindo para a obtenção de vantagem competitiva. Nascimento et al. (2016) complementam essa visão ao destacar que a memória organizacional funciona como ferramenta para a gestão do conhecimento, conduzindo ao compartilhamento e à reutilização do conhecimento organizacional, enquanto a gestão do conhecimento possibilita a constituição da memória organizacional para uso e reuso futuro. A inter-relação entre gestão do conhecimento e memória organizacional é ainda ressaltada por Freire et al. (2012), ao afirmarem que a gestão do conhecimento propicia o compartilhamento, a explicitação e o armazenamento do conhecimento, cuja criação e manutenção dependem diretamente da memória organizacional. Dessa forma, o processo de padronização terminológica e de codificação do conhecimento na Biblioteca da PGE-PR não apenas organiza a informação jurídica, mas também fortalece a memória institucional, assegurando a continuidade, o acesso e a efetividade dos recursos informacionais. Ao integrar o conhecimento às práticas decisórias estratégicas da instituição, o tesauro jurídico se consolida como uma ferramenta essencial para a gestão da informação na administração pública. Assim, este estudo apresenta não apenas uma experiência bem-sucedida de aplicação da gestão da informação e do conhecimento, mas também uma proposta inspiradora para outras instituições públicas que enfrentam desafios semelhantes na gestão de seus acervos informacionais. Ao evidenciar a relevância dos tesouros jurídicos como instrumentos estratégicos, o estudo contribui para o fortalecimento da inteligência organizacional e para a construção de uma administração pública mais eficiente, transparente e sustentável.

## Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1992). NBR 12676: Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT.
- Barbosa, R. R. (2008). Gestão da informação e do conhecimento: Origens, polêmicas e perspectivas. *Inf. Inf.*, 13(esp.), 1–25. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2008v13n1espp1>.
- Clarke, Stella G.. The Information Retrieval Thesaurus. *Knowledge Organization*, v. 46, n. 6, p. 439-59, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2019-6-438>.
- Davenport, T. H., & Prusak, L. (1998). Conhecimento empresarial. Rio de Janeiro: Campus.
- Dutra, F. G. C., & Barbosa, R. R. (2020). Modelos e etapas para a gestão da informação: Uma revisão sistemática de literatura. *Em Questão*, 26(2), 106–131. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245262.106-131>.
- Freire, P. de S., et al. (2012). Memória organizacional e seu papel na Gestão do Conhecimento. *Revista de Ciências da Administração*, 14(33), 41–51.
- Pereira, M. O. F., Silva, H. de F. N., & Pinto, J. S. de P. (2016). A memória organizacional nos processos de gestão do conhecimento: Um estudo na Universidade Federal do Paraná. *Informação & Informação*, 21(1), 348–374. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n1p348>.
- Nascimento, N. M., & Vitoriano, M. C. C. P. (2017). O estudo da produção documental e a memória organizacional em ambientes empresariais. *Em Questão*, 23(1), 202–227. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245231.202-227>.
- Nascimento, N. M. do, et al. (2016). Gerenciamento dos fluxos de informação como requisito para a preservação da memória organizacional: Um diferencial competitivo. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 6(esp.), 29–44. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/31820>. Acesso em: ago. 2025.
- Santos, J. C. dos, Moro-Cabero, M. M., & Valentim, M. L. P. (2016). A memória organizacional como diferencial competitivo em ambientes organizacionais. *Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*, Londrina. DOI: 10.5151/soscixisepech-gt13\_89.